

## RESOLUÇÃO SOBRE CONJUNTURA NACIONAL E TÁTICA

1. Sob a condução do governo de extrema-direita de Jair Bolsonaro, o Brasil atravessa um momento sem precedentes desde a redemocratização: regressão de direitos de toda ordem, avanço no reordenamento neoliberal do Estado, ameaças aos direitos democráticos, incluindo o direito à vida. De outro lado, o desgaste do governo, sua perda de popularidade constante e seu isolamento político aumentam, colocando a maioria do país na oposição e intensificando assim a luta pelo impeachment do presidente, que é hoje a principal tarefa política da esquerda e dos movimentos sociais e democráticos.

2. O governo de Jair Bolsonaro é resultado do golpe jurídico-parlamentar de 2016, quando a ação reacionária de toda a direita, das grandes corporações e do capital financeiro promoveram o impeachment de Dilma Rousseff com o propósito de aprofundar a agenda neoliberal no país. Foi esse o sentido do governo Temer e da aprovação da contrarreforma Trabalhista, da PEC do Teto de Gastos ao lado da ofensiva da Lava Jato contra o mundo político, com o principal objetivo tirar Lula da disputa eleitoral de 2018.

3. A ofensiva da direita brasileira e do Capital aproveitou-se da crise de representação do sistema político - evidenciada nas mobilizações de junho de 2013 - e do esgotamento do modelo de desenvolvimento do período petista, ancorado na onda do "boom" das commodities, dos mega-projetos e mega-obras predatórias que beneficiaram sobremaneira empreiteiras, agronegócio e os setores do capital nacional.

4. A vitória de Bolsonaro em 2018 se insere num contexto de avanço da extrema-direita no planeta, materializando-se numa série de governos ultra-reacionários, violentos e xenófobos em diversos países. Produto da crise estrutural do sistema do capital e da opção por saídas autoritárias, este fenômeno unificou parcelas do capital, das classes médias proprietárias, igrejas fundamentalistas, setores ligados aos aparatos militares e com apoio numa base de massas precarizada, especialmente entre setores dos mais vitimizados pela globalização neoliberal.

5. No Brasil, a vitória de Bolsonaro se traduziu no aprofundamento da etapa de retrocessos em todos os níveis: direitos sociais com reformas como a previdenciária; ambientais, com a destruição da legislação de proteção ambiental e avanço histórico do desmatamento; destruição dos direitos dos povos indígenas; destruição da educação e da cultura; aprofundamento da lógica racista de extermínio da população negra; volta da fome e da miséria, com altas taxas de desemprego e desalento; inflação no preço dos alimentos; ameaças constantes à democracia e às instituições; volta de uma elevada presença militar no Poder Executivo, com mais de 5 mil cargos de militares em todos os escalões.

6. Esta situação de retrocesso se agravou sobremaneira com a pandemia do novo coronavírus, que com a criminosa condução negacionista e genocida do governo Bolsonaro, gerou a maior crise sanitária e humanitária da história do país, com centenas de milhares de mortos, outras centenas de milhares que sobrevivem com sequelas, aumento da pobreza e da precarização diante da ausência de uma política de Estado que garantisse um Auxílio Emergencial permanente até que a pandemia estivesse sob controle.

7. Para agravar a catástrofe, o período da pandemia foi acompanhado pelo avanço da agenda liberal de ataques a direitos e privatizações de setores chaves para a soberania nacional como demonstram as vendas da Eletrobrás e dos Correios. Sob a batuta de Rodrigo Maia e Arthur Lira, a Câmara dos Deputados aprovou diversos projetos governistas que atacavam especialmente os direitos trabalhistas e a política de proteção ambiental, tudo para "passar a boiada" de Salles e Cia.

8. Mas a conta desta destruição de direitos e agravamento das crises está saindo bem cara para Bolsonaro. Os impactos da pandemia e da conduta genocida do governo também agravaram a crise política, aumentaram o isolamento institucional do presidente e levaram à sua perda da maioria na sociedade. Este processo de desgaste político e perda paulatina de apoio popular apareceu no início da pandemia, em março de 2020, e foi retomada com mais força a partir da 2ª onda da covid deste ano. Ao lado de uma conduta delirante diante do avanço do vírus aumentaram os ataques à democracia e ameaças golpistas do presidente e do seu núcleo de apoiadores mais extremistas.

9. Do ponto de vista institucional, desde meados de 2020 Bolsonaro enfrenta seguidas derrotas no STF. Mais recentemente foi derrotado na proposta de voto impresso na Câmara dos Deputados, além de sofrer com as revelações da CPI da pandemia no Senado Federal, com denúncias de corrupção na compra de vacinas. Cada dia mais frações das classes dominantes começam a desembarcar do apoio ao governo diante da paralisia na política econômica e das ameaças golpistas que agravam a instabilidade.

10. Além do aumento do seu isolamento institucional, 2021 também marca o aumento qualitativo da perda da popularidade de Bolsonaro, com índices em diversas pesquisas que sinalizam dificuldades para o presidente em termos eleitorais: rejeição na casa de 60%, maioria absoluta da população a favor do impeachment, dois terços da população que consideram Bolsonaro mentiroso, perda da eleição em praticamente todos os cenários de pesquisas, especialmente para Lula. Outra expressão desta perda de apoio foi a retomada de um processo de mobilizações de rua desde maio com eixo no Fora Bolsonaro que, para além das capitais e grandes cidades, se capilariza para centenas de cidades médias pelo país.

11. O problema de fundo que explica a queda de prestígio de Bolsonaro nos níveis atuais em menos de três anos após sua vitória é um aprofundamento da crise econômica e social que se desenvolveu ao lado da crise sanitária e humanitária causada pela pandemia. Embora a ampliação da cobertura vacinal permita prever um arrefecimento da pandemia no país, o legado deste período é um Brasil mais pobre, precarizado, violento e caro. Inflação dos alimentos, dos combustíveis, da energia elétrica, quase 15 milhões de desempregados, 50 milhões vivendo na pobreza ou pobreza extrema, crise energética e hídrica no horizonte.

12. Diante disso, para tentar impedir essa tendência de queda, Bolsonaro fez dois movimentos aparentemente contraditórios mas que se explicam dentro da lógica do que é o projeto bolsonarista. Primeiro aliou-se ao Centrão, a ponto de entregar o núcleo da articulação política do governo para Ciro Nogueira (PP). Este movimento teve apoio do mercado financeiro porque permitiu manter a todo vapor a agenda liberal com folgada

maioria no Congresso Nacional e serviu para Bolsonaro blindar-se diante da ameaça do impeachment.

13. Mas ao mesmo tempo, o segundo movimento de Bolsonaro teve como propósito manter a mobilização de seu séquito de fanáticos, ampliando seus ataques à democracia, ao STF e ameaçando explicitamente as eleições com a ameaça de golpe. Para isso, promoveu uma demonstração de força expressiva com as manifestações golpistas do 7 de setembro, que levaram centenas de milhares às ruas, ainda que limitadas a sua base mais fiel. Tudo para sobreviver e chegar em condições de disputar as eleições de 2022, pois caso não seja possível vencer as eleições, pretende acumular forças para uma aventura golpista a exemplo da invasão do Capitólio, nos Estados Unidos. Afinal, Bolsonaro já avisou que não aceitará pacificamente uma derrota eleitoral, seguindo o mesmo script de Trump com o discurso de fraude.

14. Porém, o 7 de setembro serviu muito mais para Bolsonaro chantagear o país e as instituições em relação ao futuro próximo do que reverter sua crise de popularidade, pois as pesquisas posteriores a essa data mostraram aumento da reprovação do seu governo e uma maioria nítida da população a favor do impeachment. Bolsonaro precisou ainda fazer um pedido formal de desculpas pelas ameaças proferidas nos atos golpistas, numa carta preparada por um dos porta-vozes históricos do Centrão, o golpista Michel Temer. Mas tratou-se de um recuo tático, de quem está na defensiva, mas não derrotado. É preciso entender a particularidade que esta ofensiva reacionária produziu no Brasil: a existência de uma corrente de extrema-direita, reacionária, intolerante, minoritária mas com peso de massas, que tem como estratégia saídas autoritárias para o país.

15. Bolsonaro buscará a todo o momento minar a democracia e ganhar espaço para medidas autoritárias. Nesse momento, não há condições e nem espaço para um golpe clássico, pois nem as Forças Armadas e nem a maioria das PMs sinalizaram que estariam dando suporte a um golpe ou provocação do tipo ocupação do STF. Porém, não se deve descartar o cenário de que Bolsonaro tente uma ação golpista mais à frente - antes, durante ou depois das eleições - caso consiga reunir condições para isso. Essa possibilidade por si só representa um elemento de destacada gravidade na atual situação política.

### **O papel da oposição neste período**

16. Em linhas gerais podemos definir a evolução da oposição de esquerda ao governo Bolsonaro e a resistência social em três momentos. Na fase pré-pandemia, o principal momento foi o levante da Educação capitaneado pela juventude e trabalhadores do setor em maio de 2019, contra o desmonte proposto pelo então ministro da pasta, o mega-direitista Weintraub; mas em linhas gerais esse período foi marcado pela baixa capacidade de responder ao "sequestro do debate público" promovido por Bolsonaro (ele pautava a esquerda); e pela baixa capacidade de articulação de um processo mais permanente de luta social após as mobilizações na Educação.

17. Com o início da pandemia, que promove uma mudança de cenário totalmente imprevista, houve uma desorientação geral da oposição na fase inicial da pandemia, agravada com o isolamento social que inviabilizava uma retomada da disputa das ruas diante da condução criminosa de Bolsonaro no combate à

pandemia. A partir de maio/junho de 2020 houve uma retomada da iniciativa através da defesa das medidas de isolamento, Auxílio Emergencial e vacinação, e também houve, com protagonismo do PSOL, um pedido de impeachment que unificou todos os partidos da oposição a Bolsonaro. O período também foi marcado por uma retomada dos atos de rua quando houve o arrefecimento da primeira onda.

18. Cabe destacar que nesse processo inicial de retomada da luta social, o movimento negro cumpriu papel fundamental, denunciando a política racista de extermínio das polícias na periferia e os efeitos da desigualdade social na pandemia. Tal processo se inseria no impacto das mobilizações antirracistas nos EUA após o assassinato de George Floyd.

19. O terceiro momento é 2021, quando o agravamento de todas as crises (sanitária, social, econômica, ambiental, política) e a perda de apoio popular ao governo colocou a oposição em um patamar de unidade superior em torno da defesa do impeachment. Foi possível estabelecer uma frente única dos movimentos sociais e partidos através do espaço da campanha Fora Bolsonaro. A partir daí está sendo promovida uma jornada permanente de atos e manifestações que tendem a se ampliar para mais setores da sociedade ainda em 2021. Também foi possível um novo pedido de impeachment, numa iniciativa mais ampla em unidade até com setores da direita e amplo apoio de movimentos sociais, entidades democráticas, intelectuais e artistas.

20. É importante observar também que este novo processo de mobilização ampliou a resistência social aos ataques de Bolsonaro e seus aliados. Cabe ressaltar, por exemplo, o papel do

movimento indígena na luta contra a agenda neoliberal do agronegócio e na defesa dos direitos sociais, como são os casos da resistência permanente ao Marco Temporal e a Marcha das Mulheres Indígenas.

21. Cabe destacar também que a recuperação dos direitos políticos de Lula, em março de 2021, representou uma tremenda derrota para Bolsonaro, animou a oposição de maneira geral e significou uma mudança qualitativa no tabuleiro político, pois não apenas diminuiu as possibilidades de Bolsonaro como também encurtou o espaço para uma alternativa da direita tradicional - a chamada 3ª via.

22. No momento atual estamos diante de uma disputa em torno dos destinos do país. A batalha não está decidida porque, apesar da crise do governo, ainda não houve uma mudança da relação de forças definitiva em relação ao período aberto em 2016. Mas inegavelmente a resistência ao governo ampliou-se. Bolsonaro perdeu a maioria social e as condições para a esquerda voltar a ter protagonismo estão melhores.

### **O lugar do PSOL: a tática do período e diretrizes para um programa antineoliberal para o Brasil**

23. Partimos da definição de que, nas condições atuais, o PSOL se propõe a contribuir em duas grandes tarefas. A primeira de é natureza mais conjuntural: lutar pela unidade para viabilizar o impeachment de Bolsonaro, sem deixar de apresentar um programa emergencial de medidas para defender a vida, o emprego, o direito à comida, a defesa das reivindicações e



direitos de todos os setores sociais atacados. A segunda tarefa é de natureza mais estratégica, a saber, apresentar um projeto de reconstrução do país, capaz de aglutinar forças populares, reorganizar a esquerda e disputar o imaginário por um novo projeto de mudança e esperança.

24. Na conjuntura as questões táticas centrais que propomos ao 7º Congresso do PSOL são:

**a) Centralidade na defesa do Fora Bolsonaro e na luta de rua pelo impeachment.** Não estamos entre aqueles que aceitam esperar as eleições de 2022 para livrar o Brasil de Bolsonaro. Por isso, devemos manter uma dinâmica de mobilização nas ruas e resistências que não deixe Bolsonaro chegar politicamente vivo nas eleições de 2022. Mas o central é o entendimento de que cada dia a mais de Bolsonaro no poder representa mais sofrimento, miséria, ataques aos direitos e ameaça às liberdades democráticas. Além do que, derrotar pela força das ruas este governo abriria as portas para uma mudança qualitativa na relação de forças.

**b) Portanto, a luta pela unidade tem também um componente estratégico,** pois sem a unidade não é possível derrubar o governo. É preciso, portanto, fortalecer a campanha #ForaBolsonaro entre partidos e movimentos sociais como nosso espaço prioritário de articulação e mobilização. Mas também é preciso estarmos abertos a estabelecer unidade de ação e uma ampliação da luta pelo impeachment com todos os setores que estejam em contradição com o governo Bolsonaro. Estamos a favor de articular atos mesmo com setores sociais e políticos oriundos da direita, mas que estejam a favor do impeachment e de ir às ruas para conseguir este objetivo.

c) Reafirmamos, portanto, que o espaço da **Campanha Fora Bolsonaro e dentro dela a Frente Povo Sem Medo** são nossos espaços principais de atuação da militância partidária.

d) O PSOL também dará **importância para a disputa nas redes sociais** buscando contribuir para que a esquerda esteja preparada em um novo patamar para disputar esses espaços com opinião, ideias, propaganda e contra-propaganda às fake news, convocação e mobilização.

e) O PSOL defenderá iniciativas **nos territórios para o combate à fome**, com congelamento dos preços dos alimentos da cesta básica e energia elétrica e iniciativas de auto-organização contra a carístia, o combate às privatizações e defesa do serviço público, contra a PEC 32 e a reforma administrativa;

25. Do ponto de vista de um novo projeto programático para uma verdadeira reconstrução do Brasil, o PSOL propõe as seguintes iniciativas e diretrizes para o debate:

a) Contribuir com a construção de espaços em conjunto com movimentos sociais (como fizemos em relação à plataforma Vamos em 2017/2018). Nos propomos a buscar uma construção ainda mais ampliada nos movimentos e territórios diante dos desafios que a crise no país exige.

b) Apresentar diretrizes que sejam uma superação dos projetos puramente desenvolvimentistas. Não buscamos um mero "retorno ao passado". Reivindicamos um projeto que pense a reconstrução do país sob bases antineoliberais e em sintonia com os desafios que pedem uma superação dos modelos predatórios, mesmo os desenvolvimentistas.

c) O PSOL propõe que este programa tenha como pontos de partida a revogação de medidas e contrarreformas pós-golpe de 2016 e, portanto, implique numa mudança do modelo econômico, na retomada dos direitos trabalhistas e previdenciários, na proteção das empresas públicas e do funcionalismo, na ampliação de investimentos nas áreas sociais, na retomada das políticas de proteção ambiental, no fim do desmatamento, na demarcação das terras indígenas.

d) A partir deste ponto de partida defendemos um projeto que aponte medidas de maior fôlego: outro modelo de desenvolvimento com transição na matriz energética e no modal dos transportes; reforma agrária popular e agroecológica, democratização das instituições de Estado (Forças Armadas, Poder Judiciário, etc), democratização do direito à comunicação; afirmação dos direitos das mulheres, negros e negras, LGBTQs, pessoas com deficiência; projeto nacional de geração de empregos, reforma tributária progressiva, plano nacional de segurança pública cidadã com respeito aos Direitos Humanos, democratização do poder com ampliação da participação popular, recuperação da soberania nacional com controle público sobre e setores estratégicos.

e) Outra democracia: é necessário pensar uma radicalização da democracia, combinando formas representativas e participativas de deliberação cidadã, descentralizando o poder e pensando o Estado como representação de uma nova relação de forças que expresse os interesses dos que vivem do trabalho e não aceitam que a tecnocracia determine os rumos do país.

26. Com isso, o PSOL quer contribuir para superar o momento trágico que vivemos. Superar o neoliberalismo, construir uma

nova hegemonia das classes populares e promover as bases para um socialismo democrático e libertário. Esse é nosso compromisso.